

# O SÍMBOLO E A PEDRA NO ESPAÇO RELIGIOSO DE SANTO ANTÓNIO DOS OLIVAIS

Pedro Craveiro

O conceito de *arquitectura* não é facilmente resolúvel. Ele não significa uma *construção*, isto é, não diz respeito unicamente a uma realidade objectiva. Para efeitos do presente excuro, entendemos por *arquitectura* fenómenos vários que estruturados no espaço fundamentam uma teoria: um sistema. Quando falamos de arquitectura, falamos também de representações várias que o sujeito que as fabrica projecta no edifício ou edifícios em sintonia com o seu pensamento e com a História humana em que participa; isto é, uma profunda relação entre esquemas construtivos conhecidos (técnica) e a sua própria imaginação (arte). Por fim, é desta dialéctica que a *plasticidade surge como ciência ou, no limite, como interrogação do real*, neste sentido estabelecendo grandemente uma relação com a própria filosofia. Todos estes vectores concorrem, pensamos, para o conceito de arquitectura. O que poderá tornar incógnita e indefinível a arquitectura será, portanto, a ausência do exposto, o que, a acontecer, concorrerá para uma espécie de ambiguidade material sem um implícito ou explícito sentido. Contudo, mesmo neste caso a arquitectura é sempre um fenómeno em potência construtiva, uma vez que da sua possível ambiguidade se pode ascender a uma certeza, isto é, a uma ideia de arquitectura. A arquitectura será, no final, simultaneamente ambígua e objectiva, daí que a continuidade artística nunca seja linear podendo mesmo ser fracturante. O que importa é, pois, conhecer todos os elementos que no conjunto possam concorrer para uma ideia de arquitectura na sua globalidade.

Ora, ao referimo-nos à arquitectura ou a um determinado espaço arquitectural, temos em mente conjunturas estilísticas e culturais que, no conjunto, ditaram estas construções; quando as queremos cotejar com outras, anteriores ou posteriores, o nosso discurso torna-se, forçosamente, comparativo, o que nos faz conhecer e entender a realidade objectivada através de analogias que perpassam quer conteúdos culturais e civilizacionais quer estilísticos: no fundo, a arquitectura é uma forma de relações mútuas entre o objecto observado e outras referências objectivadas ausentes. Por consequência, isto prova que a arquitectura não é um conceito homogéneo mas flutuante, de tal forma que a uma realidade precedente arquitectónica uma outra se lhe pode seguir diferente, o que tornaria a ideia da segunda abstracta e, porventura, antes da sua existência concreta, ambígua. A arquitectura só tem existência, portanto, quando em relação com outra, que lhe dá sentido.

O que nos propomos tratar neste pequeno estudo é a relação das formas existentes num determinado espaço – a Igreja e espaços arquitectónicos circundantes do antigo Convento dos Olivais, em Coimbra – como realidades físicas e temporais díspares, mas, no conjunto, em conformidade com uma mesma ideia religiosa que as institui. As estruturas arquitectónicas que existem hoje naquele espaço são diferentes mas igualmente ordenadas num sentido construtivo de uma ideia religiosa que presidiu à construção das mesmas.

A Igreja de Santo António dos Olivais, de estrutura barroca, não teria sentido sem a prévia existência no tempo da *cela primitiva* que abrigou, oitocentos anos mais cedo, no mesmo local, Santo António. Temos hoje assim uma realidade arquitectónica

aflorada de uma outra anterior, imberbe e pueril, mas determinante para a existência da segunda, ainda que diferentes na sua estrutura, em todo o caso análogas no que concerne à sua origem. Por outras palavras, de uma superfície arquitectónica rude e elementar, sucedeu-se uma outra que, apesar de diversa, a continua, dando assim outra dimensão tanto a si própria como à que a precedeu, o que nos permite dizer que neste espaço, como num outro, *a arquitectura é mais do que a pedra e menos do que a ideia*, situando-se no ponto exacto em que a história lhe confere um sentido como realidade, isto é, como manifestação da ideia. Ou, de outra forma, a arquitectura é uma ideia objectivada mas nunca a própria ideia.

No espaço arquitectónico de Santo António dos Olivais destacaremos quatro processos edificatórios concorrentes de uma mesma ideia que os estruturou e fundou: o *espaço ermitério*, o *espaço monástico*, o *espaço da Igreja* e, por último, um *espaço de anamnese*, materializado numa capela reminiscente, que como que fecha todo o processo construtivo e o torna ainda mais próximo da ideia primitiva.

Trata-se, portanto, da origem e metamorfose de um espaço religioso que se inicia simbólico, continua por um *deambulatório* arquitectural barroco, até à criação de um espaço claro de referência com o símbolo primeiro. Está em causa um processo que, por conveniência formal, necessita do orgânico como metáfora do simbólico, estabelecendo dialécticas, com toda a sua carga simbólica, entre o humano e o espaço físico que lhe confere humanidade, isto é, conteúdo.

Na génese espacial deste sítio está a figura que deu nome ao lugar, ainda que, naturalmente, não o tenha construído, no entanto todo o *órganon* artístico manifestou-se e manifestar-se-á em virtude daquela referência humana tornada divina. No caso da arquitectura esta premissa é mais verdadeira que numa outra *plasticidade*. Naquela a presença de uma representação absoluta do Absoluto é, deve ser, mais rigorosa e conveniente; trata-se de procurar a verdade através de formas representativas de um ideal e, de outra maneira, fazer com que as mesmas possibilitem a quem as visita um contacto próximo e livre de ruído com o Absoluto. Ao contrário de outras plasticidades, como se disse, a arquitectura projecta e molda o espaço, sendo, no limite, representativa de uma civilização; de um período longínquo da história da humanidade em que esta aflorou como *protectiva*, a um tempo simbólico e revelador de verdades que o humano foi tendo necessidade de conhecer. No fundo, trata-se, por analogia, da revelação da própria Arte, que começou por ser *pictórica* e que à força de necessidade de reinvenção do próprio espaço o foi *invadindo* com racionalidades construtivas.

A passagem de Cristo entre os homens, no ano zero da era cristã, representa o início da *construção de um novo tempo-templo*. Com ele iniciou-se um fenómeno artístico arquitectónico que, paradoxalmente, já se havia iniciado, com a construção de outros templos. O que o cristianismo nos traz, para além de uma mensagem nova, é, no domínio da própria arquitectura, outras possibilidades, outros templos, que, surgidos de outros, mais antigos, se metamorfosearam e se tornaram únicos, impondo, pela força dos seus argumentos, um sistema artístico, o qual, baseado numa ideia cristã, possibilitou a existência de outros *subsistemas*. Estes, não contrariando aquele, davam-lhe, em todo o caso, maior dimensão.

As igrejas, os mosteiros, as ermidas são fundamentos do mesmo fundamento. Apenas divergem entre si nas formas arquitectónicas que ostentam e na ordem que professam. Ora, é desta ideia *sensível* que se talha a forma, estabelecendo conteúdos; é destas superfícies pragmáticas que se orienta e levanta a obra de arte. O que não quer dizer que o que *se levanta* – entenda-se a arquitectura – seja inferior por menor

verticalidade ou por inferioridades estilísticas projectadas na plasticidade do edifício. A existência ou não de uma obra de arte depende, no nosso entender, da perspectiva em que a mesma é observada, e não do que se observa. Este princípio fundamentará assim toda a verticalidade, desde que nos seus pressupostos fundadores exista uma objectividade estruturante, isto é, uma ideia. Atente-se na História da Arquitectura. O que jaz neste devir são manifestações de ideias, ou seja, formas fundamentadas. Quando Platão orientava o seu gosto pela arte egípcia, a sua principal justificação era a quase perenidade da mesma, isto é, da ideia; uma longevidade e uma coerência sulcadas que, por força *platónica*, determinavam a sua opção. O espaço físico agreste onde está erguida a arquitectura egípcia, por si só um *monolugar*, terá sido determinante na edificação das estruturas arquitectónicas representativas de uma só ideia, que lhe é conferida pela cerrada coerência formal bem como ideológica/teológica. Na Europa, tal como considera Schelling<sup>1</sup>, a *fisicalidade* dos lugares é múltipla o que, por coerência com o raciocínio anterior, é determinante nas *verticalidades* que são construídas em função de uma mesma ideia, é certo, mas proveniente de uma multiplicidade de conteúdos formais que lhe estão na origem. O que justifica plenamente o debate e os interesses vários subjacentes à arquitectura europeia. Daí que na Europa haja diversidade dentro da unidade, intercalando nestas duas possibilidades aquilo que o humano, aqui e ali, considera como *ruptura*<sup>2</sup>. Isto permite-nos ver a ondulação dos esquemas arquitectónicos à luz do espírito que é, no fundo, quem os determina; sempre que existe erupção das formas existiu previamente um raciocínio que lhes deu origem (consciente ou inconscientemente).

O que o faz adquirir uma função máxima no devir arquitectónico resulta, assim, da sua teimosia em se tornar representado: existe uma espécie de vida própria nos edifícios que não os deixa desfalecer e organizadamente os torna vitoriosos. Eles agarram-se a eles próprios e aos humanos como se fossem um só organismo tornando-se tanto mais perenes quanto mais a *ideia objectivada* que transportam.



[Fig. 1] – Ruínas remanescentes do claustro do antigo Convento de Santo António dos Olivais

De acordo com o exposto, o sítio dos Olivais é um paradigma. A sua história tem oitocentos anos. Aqui podemos traçar simbolicamente a própria história religiosa da arquitectura, aplicada a um esquema edificatório específico: desde a cabana ao templo; da necessidade *protectiva* à *protectividade* do símbolo religioso, isto é, da relação do espírito religioso e da sua consumação na arquitectura.

<sup>1</sup> Este é o pensamento base de Schelling em relação à arquitectura. Trata-se de uma interpretação romântica deste género artístico sendo o mesmo representado como portador de uma musicalidade que transporta o observador para um sistema transcendental; isto é, o homem tem necessidade do orgânico – matéria e forma – como forma de representação do inorgânico, do espírito. V. SCHELLING, F.W.J., *Filosofia del Arte*, Buenos Aires, Editorial Nova, 1949, p. 205. Este enunciado é também entre nós, podemos afirmá-lo, herculiano, porquanto o mesmo encarou a arquitectura como uma sistema artístico reflector de uma realidade espiritual. Desta forma temos identicamente uma visão hegeliana da arquitectura, em que o seu principal objectivo seria o de transmitir através das formas uma realidade espiritual superior.

<sup>2</sup> Como exemplo da *ruptura* dos estilos, citemos missiva de Almeida Garrett: «Fatigados do grego e do romano em arquitecturas e pinturas, começamos a olhar para as belezas de Westminster e da Batalha; e o apetite embotado da regular formosura dos Panteões e Acrópoles, começou, por variar, a inclinar-se para as menos clássicas porém não menos lindas nem menos elegantes formas da arquitectura gótica» (GARRETT, Almeida, «Carta a Duarte Lessa de 1828», in *CÍRCULO DE LEITORES, Obras Completas de Almeida Garrett*, Vol. VIII, Porto, Círculo de Leitores, 1984, p. 129).

<sup>3</sup> MEALHADA, Manuel da, *Memórias do Convento de Santo António dos Olivais de Coimbra que por ordem do M.R. P. Prov.<sup>al</sup> Fr. Francisco do Porto Sarmento Escreveu no Ano de 1776*, p. 2.

<sup>4</sup> A regra de vida Franciscana foi aprovada em 1210 pelo papa Inocêncio III, numa redacção de esboço, e depois confirmada por Horácio III, em 29 de Setembro de 1223, já com um carácter definitivo.

O antigo convento de Santo António dos Olivais, em Coimbra, foi nas palavras de Frei Manuel da Mealhada, “a primeira casa que a ordem franciscana teve em Portugal e a primeira das casas religiosas que teve Coimbra, depois do Mosteiro de Santa Cruz então Corte do Reino”<sup>3</sup>. Trata-se, pois, de um espaço que tem origem determinada, e será essa mesma origem que inaugurará uma espécie de *ordem arquitectónica* no tempo representativa de várias ordens, de vários tempos. Portanto, a sua relação com a História do humano e com a própria história da ordem religiosa que o instituiu, é, bem analisado, alicerce poderoso para a consumação de um significado simbólico. A sua origem arquitectónica remonta, portanto, a um passado longínquo que se identifica com os primeiros pressupostos ideológicos das ordens religiosas mendicantes e, de um outro modo, com a sua relação com o próprio humano que lhe dá conteúdo: no começo simbólico, com o devir histórico, formal e, na complexidade dos tempos, estilístico. A alusão aos frades Zecarias e Gualter como fundadores primeiros deste espaço – frades franciscanos que em 1216/1217 realizavam em todo o território norte e centro da Península Ibérica a divulgação da regra de vida de S. Francisco de Assis (1191-1226)<sup>4</sup> – é pois fundamental para a compreensão do nosso discurso como *organismos* de um mesmo órgão, determinantes na criação primeira de um discurso arquitectónico ainda que embrionário.

Na génese deste discurso, a existência peculiar do São Francisco na “alteza da altíssima pobreza” seria de resto *primordial* para o carácter *sui generis* que se transmitiu para a Regra de Vida dos seus Frades Menores e, por consequência, para os seus primeiros espaços arquitectónicos. A errância das suas vidas, bem como o seu espírito de penitência confesso, faziam com que os primitivos locais de descanso e oração fossem apenas modestos ermitérios de pobres peregrinos, isto é, interessava mais o discurso simbólico do que a perspectiva formal: espécie de realização pétrea informe porque inserto vincadamente espiritual. O Cristianismo, como se disse, premissa fundamental para o desenvolvimento da arquitectura religiosa, começava a ouvir-se através das ordens medicantes que iam chegando ao nosso território, no início do século XIII. Entra elas, a ordem dos franciscanos, pelo próprio São Francisco, na altura em missão de cruzada de paz aos mouros de Espanha e Marrocos, mas que por motivos de saúde regressaria de novo a Itália depois de penosa romaria a S. Tiago de Compostela. Dos acompanhantes do Santo em peregrinação alguns terão mesmo entrado em terras portuguesas cerca de 1216/1217, quando S. Francisco distribuiu pela Espanha um grupo de frades chefiados na altura por Frei João Parente. Estes, prote-



[Fig. 2 e 3] – Pormenores de um tramo do antigo claustro franciscano de Santo António dos Olivais

gidos pela Rainha e pelas Infantas, terão fundado ermitérios primeiramente nos Olivais, em Coimbra, e, dois a três anos depois, em Alenquer e Guimarães.

Da errância de Francisco por terras ibéricas restaria o seu espírito e, como reflexo deste, a sua arquitectura primária, porque génese das subsequentes.

A uma primeira estrutura franciscana arquitectónica de características modestas e efémeras, seguiu-se a construção, pelos franciscanos, nos povoados de vastos conventos, já em fisionomia gótica, como os que ainda existem em Guimarães, Porto e Coimbra. A *genética* errante dos próprios franciscanos – Jaime Cortesão considerava encontrar-se nestes a inspiração dos descobrimentos marítimos – iria mesmo ditar a construção de vários conventos por toda a orla marítima portuguesa, estendendo os seus sopros religiosos e arquitectónicos às ilhas do Atlântico.

Apesar da chamada *conventualidade* – espécie de metamorfose arquitectónica de uma ideia religiosa – franciscana (cujos claustros, para além das *alegrias da rendição*, albergavam também importantes escolas de Teologia<sup>5</sup>), que ditaria também o abandono do ermitério dos Olivais pelos seus frades em 1247<sup>6</sup> para se irem estabelecer no amplo convento de São Francisco, junto à ponte de Santa Clara, o antigo *santuário* não viu esmorecer a fé e a devoção dos fiéis para com este local, onde iam chegando junto do primitivo local em que, segundo a *vox populi*, teria habitado o próprio Santo António, numa térrea e estreita cela<sup>7</sup>. A importância de tal personagem para a história da própria igreja católica será, porventura, a principal explicação para um não total abandono deste espaço, o que, a ser verdadeiro, constitui uma excepção, dado que a regra seria o abandono destes *peregrinos* locais em conveniência com a construção de conventos junto aos povoados.

O espaço arquitectónico que hoje existe nos Olivais, em Coimbra, resulta, por consequência, da passagem de Fernando de Bulhões, filho de Martinho de Bulhões e de Teresa Taveira, nascido em Lisboa, junto à Sé, por volta de 1190<sup>8</sup>. O futuro franciscano, António, ficou assim para a História ligado a Coimbra, primeiro como cónego regente de Santo Agostinho, no Mosteiro de Santa Cruz, e depois no ermitério dos Olivais, onde vestiu o hábito franciscano. Anteriormente, em 1210, António havia ingressado no Mosteiro lisbonense de S. Vicente de Fora, tendo-se dado a sua transferência para o Mosteiro de Santa Cruz em 1212, na altura um dos melhores centros de estudos do reino, com excelentes mestres e uma vasta e rica biblioteca.

O ano de 1122 será a data de ingresso de Santo António no ermitério dos Olivais, ao qual ficaria fisicamente ligado por um ano, espiritualmente para sempre. 1122 é marca sagrada deste espaço religioso uma vez que uniu, para sempre, aquele homem com os outros e estes, por consequência, com a arquitectura deste local. A sua passagem pelo lugar dos Olivais iria determinar em 1232, ano da sua canonização, a mudança de invocação da primitiva capela neste local de Santo Antão para a de Santo António. No início, as primeiras construções não teriam o teor de um templo. Eram apenas quadras primitivas de celebração e de encontro: referências primordiais de algo a ser construído. Outro factor determinante para uma certa perenidade arquitectónica do mesmo será, naturalmente, o seu carácter geomorfológico onde hoje se ergue um bom exemplo da arquitectura do tipo dos Santuários do Alto ou do chamado *Sacro Monte* como o é actualmente a Igreja Paroquial de Santo António dos Olivais. Assim, temos também a importância do registo telúrico como um poderoso fundamento para uma construção arquitectónica que “vê morrer pela altura dos tovens as grandes ondulações laterais dos terrenos antigos, do forte e largo maciço da meseta peninsular: rochas mais recentes, da época terciária se lhe encostam; acaba o

<sup>5</sup> As escolas de Teologia dos conventos de S. Francisco em Lisboa e de Coimbra foram fundamentais no ensino de Teologia que carecia na Universidade portuguesa.

<sup>6</sup> O abandono deste primeiro espaço franciscano em Portugal encontra-se registado tanto na *História Seráfica da Ordem de São Francisco* (Vol. II) de Frei Manuel da Esperança, como nas *Memórias do Convento de Santo António dos Olivais de Coimbra* de Frei Manuel da Mealhada.

<sup>7</sup> Seguindo as palavras de Frei Manuel da Esperança, o que existia apenas no ermitério era “uma cappa de baixo telhado que servia de abrigo”; in *História Seráfica de S. Francisco*, Primeira Parte, Lisboa, 1656, p. 272.

<sup>8</sup> E não a 15 de Agosto de 1195 como pela tradição é apontado, pois, segundo investigação antropológica dos seus restos mortais, realizada na sequência da sua quarta exumação, em Janeiro de 1981, pelo especialista Padre Giuseppe Abate, terá morrido com quarenta anos.

desdobrar do seu pragueado em curvas mais brandas e de alturas cada vez menores. Desses mesmos tovinos desprega-se uma linha de cimos que, elevando-se em S. Sebastião, tem o ponto dominante na Igreja de Santo António. Corre depois pela cumeada ao Penedo da Saudade, descai à garganta dos arcos e sobe, para o alto do antigo castelo. Ergue aí a cabeça como se fora a despedir-se das serras que deixou e a olhar o rio em que se vai perder, quer deslizando pelas linhas do morro da Sé Nova quer pelas da antiga Alcáçova real<sup>9</sup>. Desta referência poética resta-nos perguntar se noutras condições morfológicas o espaço religioso dos Olivais teria chegado aos nossos dias, isto é, se a sua consumação arquitectónica teria vingado. Determinar a resposta é, desde logo, referenciar que a escolha do local não terá sido certamente alheia as suas próprias condições físicas: é um espaço altaneiro, donde se vislumbra o mundo e onde, já anteriormente, teria existido, como se disse, uma capela de evocação a Santo Antão, seguindo-se, com a passagem de Santo António pelo local, uma segunda construção, que seria a própria cela deste último. Estes são os primeiros marcos construtivos do nosso espaço, a que mais tarde se seguiria a construção de um convento. A cela de Santo António situar-se-ia no exacto local onde hoje se ergue uma capela neomedieval de inícios do século XX<sup>10</sup>.

Esta amplitude temporal, materializada nos vários registos arquitectónicos, significa que o Convento e a Igreja de Santo António dos Olivais “nunca foi um ermo perdido; marcava uma parte dominante nas naturais linhas de trânsito; e sempre, por todas as eras, o morro arredondado se impôs também ao espírito religioso dos homens. São os altos, naturais assentos de santuários, pontos que o homem consagrou à divindade; parecem-lhes que aproximam de Deus a sua natureza humilde e efémera”<sup>11</sup>.

Assim, o espaço dos Olivais sempre dominou a paisagem e os homens que por ali passaram; segundo a tradição cristã, não será inclusive de desvalorizar a hipótese de até mesmo Luso-romanos e, posteriormente, os próprios Visigodos aqui terem prestado culto. No entanto, a mais antiga referência a este espaço sagrado encontra-se na *Vita Sancti Antonii*, do século XIII: o primeiro símbolo religioso plasmado nesta superfície arquitectónica seria uma singela capela de invocação a Santo Antão, na altura este módulo seria pertença da mulher de D. Afonso II, posteriormente, em 1217-1218, cedida pela mesma aos primeiros franciscanos chegados a este local, que logo ali se instalaram precariamente. Mais abaixo, no vale, em sítio húmido e recôndito havia uma outra capela, a do Espírito Santo, timbrada com os brasões de D. Fernando e D. Leonor de Teles. Seriam estas, ao tempo, as duas referências máximas de Arte e Cultura no então chamado sítio de Santo Antão, em que, no mesmo local e no mesmo tempo, teriam, portanto, fundado os primeiros franciscanos, um humilde ermitério que aspecto de celas não tinha<sup>12</sup>.

Cerca de 1219 chegariam a este espaço religioso outros frades franciscanos. Eram cinco: Frei Otto, acompanhado de Frei Berardo, Frei Acúrsio e Frei Adjuto. Vinham de passagem, desejavam ser mártires de Cristo. Logo dali partiram para Sevilha e daqui para Marrocos, onde encontrariam os cinco a morte, ao serem decapitados pelo próprio sultão, Abu-Jacob. Em 1220, as relíquias dos *cinco mártires de Marrocos* chegaram a Portugal por influência do infante D. Pedro, irmão de D. Afonso II e filho de D. Sancho I. Seria, por conseguinte, por D. Pedro que os ossos dos cinco mártires voltariam à terra que lhes havia dado abrigo, mais concretamente ao Mosteiro de Santa Cruz, onde na altura estaria Fernando de Bulhões. Este, sentindo-se atraído pelo espírito franciscano, deixou o opulento mosteiro para ir viver no ermitério dos Olivais, onde troca o hábito de cónego regrante de Santo Agostinho

<sup>9</sup> GONÇALVES, António Nogueira, *Santo António dos Olivais (2)* (artigo no jornal *Diário de Notícias*, 7 de Junho de 1973).

<sup>10</sup> Relata-nos Bernardo de Brito Coelho, in *História Breve de Coimbra*, 2ª edição, Imprensa Nacional, Lisboa, 1874, p. 45: “neste convento se conserva no claustro a sua cela, onde foy Novião, que é hoje uma capelinha” (apud PINTO, Abílio Augusto da Fonseca, *Cartas selectas Escriptas*, Imprensa da Universidade de Coimbra).

<sup>11</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>12</sup> Segundo Frei Manuel da Mealhada (in *op. cit.*) “quando os fundadores tomaram posse do sítio não acharam mais do que a ermida de Santo Antão”.

pelo de franciscano, mudando o nome de baptismo para o de António, talvez no Verão de 1220.

António, que deu nome ao sítio, junto à capela e ao rude abrigo que se erguiam no alto do pequeno morro, aí permaneceu por algum tempo. Consequentemente, após a canonização de Santo António, o lugar de invocação de Santo Antão passou a ser o lugar sagrado de Santo António dos Olivais. Como já referido, este espaço religioso seria abandonado em 1247 pelos frades que aí se encontravam para se estabelecerem junto à ponte de Santa Clara, no convento de S. Francisco.

A primitiva capela e as rudimentares estruturas anexas ficaram de novo sós. Facto que não fez esmorecer o espírito do local. Àquele sítio nunca deixaram de ocorrer as gentes, que vinham de todas as partes, *em visitaçào* à cela que teria sido habitada por Santo António.

Em finais do século XV, em resultado do crescente culto antoniano, o cabido catedralício mandou reformar e ampliar o espaço primitivo. Momento importante de *reinvençào* do espaço anterior; novo sopro do espírito que encontra sempre na arquitectura o espaço por excelência mais privilegiado para representações simbólicas. No ensinamento de Nogueira Gonçalves<sup>13</sup>, ampliou-se a antiga capela, ficando a mesma com a dimensão que agora apresenta, com excepção de um ligeiro aumento da capela-mor já no século XVIII, mantendo-se a mesma porta de finais do século XV. Conservaram-se o corpo da capela e, sobre o arco triunfal, a empena, bem como a cornija da capela-mor até à altura do começo da sacristia. Em 1537, o cabido ordenou também a construção de um altar, pago a Gaspar Fernandes (o mesmo ou homónimo de um dos arquitectos que trabalharam na reconstrução da Igreja de Celas, sita também em Coimbra), e já em 1536, a encomenda ao estatuário João de Ruão do templete do Santo Cristo, que logo se ergueu na base do morro e que viria a marcar o fim deste primeiro tempo arquitectónico do Convento dos Olivais, que designaremos por *período ermitério* ou de *primitiva simbolização de uma ideia religiosa*.



[Fig. 4] – Antigo portal da Igreja de Santo António dos Olivais

O período seguinte, que se inicia em 1537, consubstancia verdadeiramente um período monástico, uma vez que é nesta altura que se dá início a obras em redor da *primeira arquitectura*, no sentido de uma maior *conventualidade* e imponência. Tratava-se de construir um novo convento com características próprias, dependências e típicos lugares que o definem: ao homem Santo e à sua modesta cela seguia-se a institucionalização de uma ideia materializada num verdadeiro espaço conventual, nova reinvençào do espaço, no que designaremos de *institucionalização de uma ideia simbólica religiosa*.

A primeira notícia que nos chega acerca da predisposição para a construção de um convento data de 1480. A iniciativa para edificar naquele sítio coube ao Bispo D. João Galvão, chegando o mesmo a oferecer-se para custear as obras arquitectónicas na sua totalidade. O pedido, no entanto, foi-lhe negado e a esta recusa reagiu o Bispo amarguradamente, uma vez que era um grande devoto de Santo António<sup>14</sup>.

Em 1540, o título de propriedade dos Olivais passou do cabido catedralício para os franciscanos capuchos da província da Piedade.

<sup>13</sup> NOGUEIRA, Gonçalves, «Cidade de Coimbra», in *Inventário Artístico de Portugal*, Vol. II, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1947, p. 182.

<sup>14</sup> Nas palavras de Frei Manuel da Mealhada, “tal foi a devoção do Bispo D. Galvão que no ano de 1480 pediu ao Provençal de Portugal para fazer naquele sítio o convento à sua custa, o que aquele não aceitou” (in *Memórias do Convento de Santo António dos Olivais*, cit.).

<sup>15</sup> Apud MEALHADA, Manuel da, *ibid.*, Capítulo III.

As obras do convento acabariam por ser custeadas por D. Álvaro da Costa, segundo este “a construção deveria ser modesta. Segundo o espírito dos seus fundadores, o espírito franciscano”<sup>15</sup>. Assim, sensivelmente no ano de 1549, conservaram os frades a Igreja e empreenderam a reedificação da veneranda cela de Santo António, que, em 1640, foi adaptada a sala do capítulo. Construíram-se igualmente modestas dependências conventuais que circundariam um pequeno e tímido claustro.

Relembre-se que, em 1675, tinha já o convento 135 anos de obediência à província da Piedade, passou a pertencer à da Soledade, na sequência de uma nova divisão de províncias da ordem.

Momento relevante deste devir construtivo do sítio sagrado dos Olivais ocorre no século XVIII. Na primeira metade do século foi dado início a grandes obras, algumas das quais só seriam concluídas na segunda metade da mesma centúria: modificação da frontaria da Igreja, sacristia, pórtico e escadaria de acesso e suas capelas laterais. Extintas as ordens religiosas em 1834, foi o Convento de Santo António dos Olivais vendido em 1835 ao padre Manuel António Coelho da Rocha, então vice-reitor da Universidade de Coimbra.

A noite de 10 para 11 de Novembro de 1851 marca o fim do Convento dos Olivais: o mesmo foi devorado por um violento incêndio que rapidamente destruiu as dependências conventuais, salvando-se, contudo, a Igreja e a sacristia<sup>16</sup>.

O que restou do convento é muito pouco. Do lado esquerdo do pórtico de entrada da Igreja podemos, no entanto, ainda encontrar a porta do antigo convento, de desenho simples, rectangular; no lado esquerdo da mesma existiu, em tempos, uma orifício por onde passaria a corrente de uma sineta. Ultrapassada aquela entrada, nada mais encontramos do convento senão um terreiro no qual se situaria o antigo claustro. Quis a História que, debaixo de um alçapão se conservassem os últimos registos péticos de um tramo do referido claustro. Aqui podemos ver o rodapé, a abóbada ogival de quatro panos fechada por uma pequena chave. Em redor do claustro, ou seja, no piso térreo, localizar-se-iam as seguintes dependências: refeitório, cozinha, ucharia, casa da farinha, a adega, a casa do alambique e respectivo forno, assim como, no local onde hoje se ergue a capela neogótica de Santo António, a casa do capítulo, que começou por ser casa do noviciado<sup>17</sup>. No piso superior situavam-se os dormitórios, a livraria, casas de oficinas, ficando colada à sala do capítulo uma torre e respectivo sino que fazia ligação para a parte posterior à sacristia, onde ainda hoje podemos observar um pátio calçado de tijolo com sua cisterna e esta com a sua roldana e caldeira de ferro e mais duas de cobre. Neste mesmo pátio, a nascente da Igreja, está situada a capela de Nossa Senhora da Conceição e, a sul, a do Presépio.

<sup>16</sup> V. o jornal *O Observador* do dia 11 de Novembro de 1851, que noticia o facto.

<sup>17</sup> Segundo Frei Manuel da Mealhada, “a cela que servia de capítulo e professavam nela os noviços até ao dito ano de 1640” (*in Memórias do Convento de Santo António dos Olivais, cit.*, Capítulo II).



[Fig. 5] – Gravura da Igreja do Convento de Santo António dos Olivais (finais século XIX)



[Fig. 6] – Capela da Nossa Senhora da Conceição

A primeira, do século XVI/XVII, tem na sua fachada seis colunas sem capitel de ábacos quadrangulares que suportam um pequeno telheiro, formando na frente três vãos. A parede está revestida de azulejos da segunda metade do século XVIII, de fabrico coimbrão e representam as cenas da *Anunciação* e da *Visitação*, que ladeiam a porta. Abaixo destas estão dois bancos com rodapés de azulejos sevilhanos. No plano superior da capela podemos observar um nicho de volta perfeita, ladeado por azulejos de motivos decorativos barrocos do século XVIII colocados no corpo deste plano, delineado por duas volutas a fazer lembrar a fachada da Igreja de Jesus, em Roma. O interior da capela, do século XVII, é de abóbada de berço de tijolo, com paredes revestidas a azulejos do século XVII de motivos reticulados, policromos.

A capela do Presépio, situada no mesmo terreiro mas a sul da Igreja, é do século XVII, de traçado arquitectónico simples de empena triangular e alberga no seu interior cerca de 80 figuras de barro do século XVIII/XIX.

Ao fundo do vale, envolta numa solitude e perdida no arvoredo, podemos observar a capela-fonte de Santo António, em tempos local privilegiado de meditação para os frades franciscanos.



[Fig. 7] – Capela-fonte de Santo António e sua envolvente natureza

A capela-fonte é de linhas clássicas simples, semelhantes à capela de Nossa Senhora da Conceição. A sua fachada divide-se em dois planos: no plano inferior deparamo-nos com um arco de volta perfeita assente em duas pilastras sobre pedestais. No andar superior o desenho arquitectónico repete-se, salientando-se a existência de um pequeno nicho, hoje vazio. O interior da capela-fonte dá acesso ao bocal da fonte, hoje estéril, e, em cima, um segundo nicho também ele desabitado. No interior podemos ainda encontrar, em cada um dos lados da fonte, dois bondosos bancos de pedra fresca. O tecto é abobadado e segue o desenho do portal exterior. Este seria o *recanto espiritual*, ponto afastado do principal local religioso – a Igreja – mas certamente o mais intimista.



[Figs. 8 e 9] – Capela-fonte de Santo António dos Olivais e seu interior

Note-se que a localização deste espaço se encontra remotamente situada em relação ao espaço conventual. Porém, a sua importância é-lhe nitidamente conferida pela sua bem concatenada simetria arquitectónica bem como pelo acolhedor e inspirador espaço interior, verdadeiramente *platónico* e pacificante: o encontro das formas com a plenitude do espírito; o *abraço* do verde aos traços bem delineados do humano. Límpida concepção arquitectónica de rigor aristotélico. Trata-se de um local que convida à meditação; espécie de refúgio à vida religiosa conventual e aproximação activa a um ideal e real contacto com a natureza; na verdade, este *leito divino* atinge, verdadeiramente, o real espírito franciscano: verdadeiro conceito de *arquitectura ecológica*. Na capela-fonte de Santo António existe, e o tempo assim o quis, uma plena relação do humano com a arquitectura. O despojamento das formas aqui é sinónimo de união entre a pedra e o espírito. Não existe um outro espaço arquitectónico no sítio dos Olivais onde esta comunhão seja mais visível. Se, no início do nosso discurso, referimos a arquitectura como sendo *superfície* intermediária entre a pedra e a ideia, nesta obra, que necessita verdadeiramente da presença do corpo do observador para ser observada, a relação acima enunciada ganha uma nova dimensão, uma vez que, até por força da própria natureza que a circunda, a dialéctica entre Arte e Natureza é de tal forma unívoca, que torna este local verdadeiramente original<sup>18</sup>.

Mas o apelo às formas religiosas regista-se com mais incidência e sentido iconológico, no quadro da arquitectura cenográfica do espaço religioso que temos vindo a tratar, na Igreja, que estende os seus braços por um escadório virado para a cidade e para os tempos que ditaram a sua construção. Todos estes elementos adivinham já uma antecâmara de súplica ao nosso discurso; eles, afinal, completam um processo religioso que é, e sempre será, também o discurso das formas arquitectónicas. Este novo período designaremos por *oratória de uma ideia religiosa*.

A Igreja de Santo António dos Olivais, com o seu cenográfico escadório da paixão de Cristo, conta-nos duas histórias: a primeira, a de um tempo do humano que era o de uma maior e mais forte institucionalização da Igreja Católica, no sentido de uma plenitude, matizada pelo *barroco*; a segunda, a pedra essencial para a construção de um dogma que fundamenta e teoriza todo o pensamento religioso da Igreja de S. Pedro: os últimos passos Cristo.

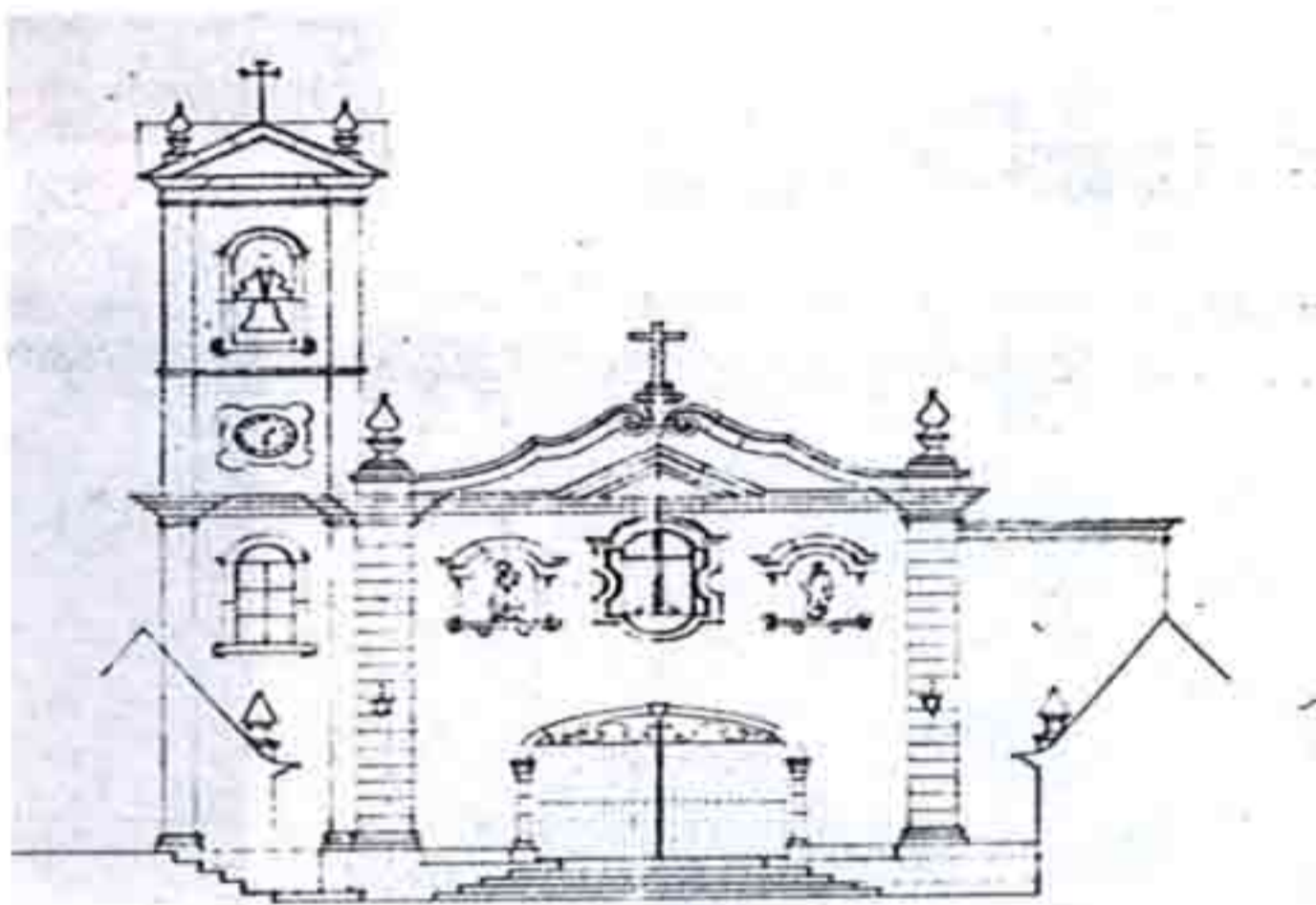
É nesta dialéctica que se insere mais um módulo construtivo do século XVIII. Mais um discurso do espírito apoiado na forma; mais um registo iconográfico para sustentar o *dogma*.

<sup>18</sup> Nas palavras de Friedrich Hegel, "não consiste a originalidade na observância das leis de estilo, mas na inspiração subjectiva que, em vez de se formar de uma certa maneira para sempre utilizada, escolhe um assunto racional em si mesmo e o desenvolve escutando apenas a voz da subjectividade artística, assim obedecendo, de igual modo, à natureza e conceito desta ou daquela arte particular e ao conceito geral do ideal" (HEGEL, G.W. Friedrich, *Estética*, Lisboa, Guimarães Editores, 1993, p. 167).



[Figs. 10 e 11] – Igreja de Santo António dos Olivais: finais do século XIX e princípio do século XXI

O espaço egrégio de que falamos levanta-se das rochas altas e eleva-se nos céus; ele está admiravelmente situado, sendo mesmo necessário o elaborado escadório, de seis lanços, para o alcançar. O cenário primeiro não faria sentido sem um pórtico de três arcos, vestidos por um desenho em *s* barroco, que salienta e enquadra, convenientemente, os aspectos arquitectónicos *supra* descritos. Trata-se, pois, de um enquadramento cenográfico, típico da segunda metade do século XVIII, que pretende envolver e *fazer ler* nas seis capelas do escadório os últimos passos de Cristo entre os homens. O caminho das formas serve, assim, o do espírito; a arquitectura e a escultura encontram-se com a religião. Os últimos momentos de Cristo organizam o discurso da Igreja Católica saída do Concílio de Trento, no sentido de um apelo final aos humanos para uma sua possível condição divina: a escultura, inserida no plasma arquitectónico, fala das formas de expressões de vida, que, ritmadamente, são conducentes a um espaço por excelência vocacionado para o espírito: o templo.



[Fig. 12] – Fachada da Igreja de Santo António dos Olivais

A Igreja de Santo António dos Olivais tem da primeira metade do século XVIII a sua frontaria que se abre para o humano. É de linhas simples, franciscanas, como franciscano é o seu arco rebaixado, característico da época, fechado por uma porta de ferro de singelo gradeamento. No plano superior, em cada um dos lados da fachada, vemos dois nichos *habitados* por duas esculturas representativas de S. Francisco e S. António. A terminar o desenho da fachada duas volutas que se unem no ponto exacto onde emerge uma cruz de Cristo.

Do lado esquerdo da Igreja, mas num plano mais recuado, situa-se uma torre de finais do século XIX, que substitui um antigo campanário. Já no interior da Igreja existe um átrio de planta rectangular, também característico dos franciscanos. Neste átrio podemos igualmente observar a antiga porta da Igreja de finais do século XV, de arco quebrado.

O interior é de construção simples, de abóbada de tijolo de nave única, que alberga no seu corpo três retábulos de talha dourada da época joanina. O interesse



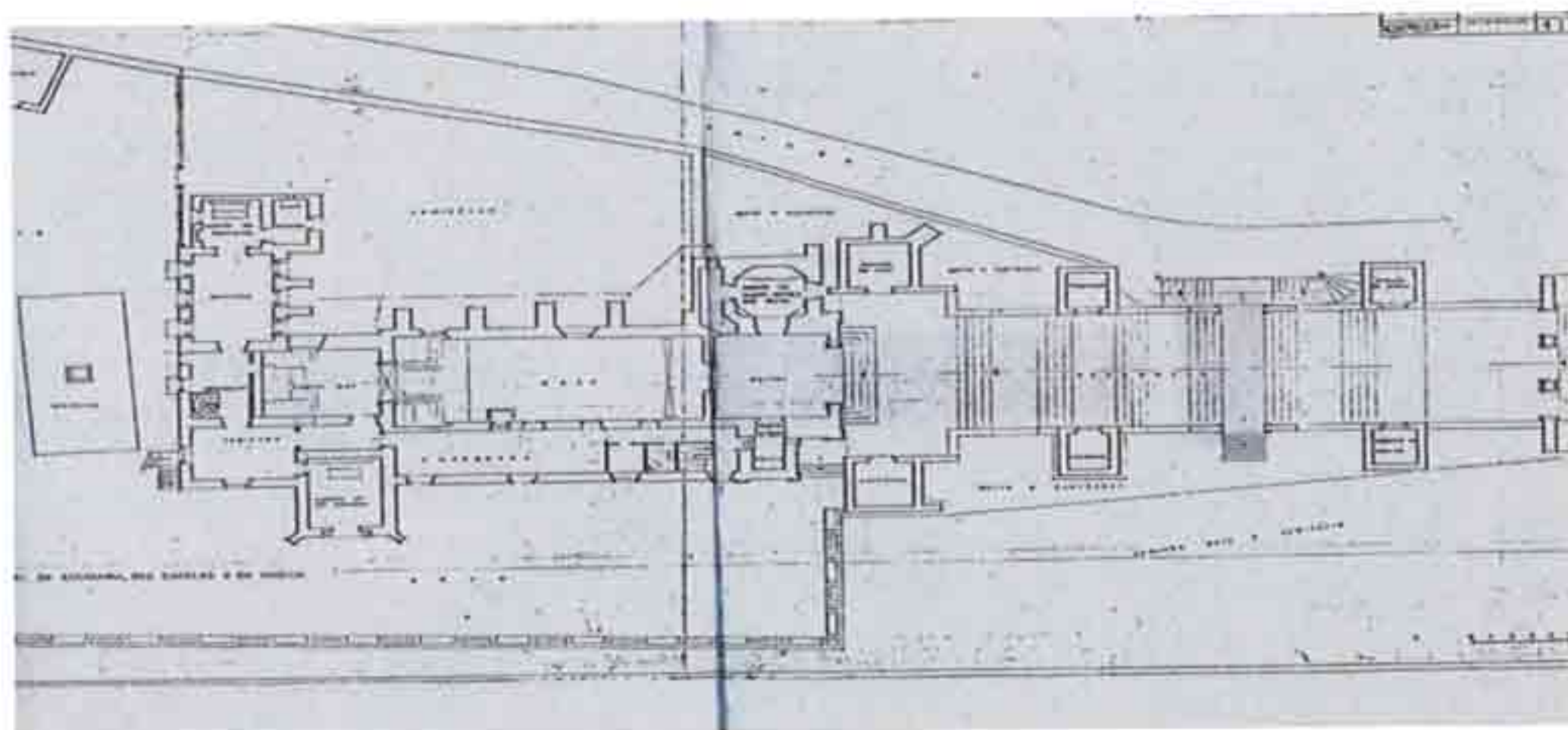
[Figs. 13 e 14] – Interior da Igreja de Santo António dos Olivais

<sup>19</sup> Os azulejos representam a vida de Santo António com a seguinte ordem, a começar junto à porta: cura de um frade pecesso, o santo livra o pai da forca, uma tomada de hábito, milagre da mula, epístola, pregação aos peixes, milagre do pé cortado, aparecimento de São Francisco no capítulo das artes e morte do santo.

<sup>20</sup> Um outro motivo de interesse nesta divisão tão visualmente estimulante é um móvel que se encontra fixo à parede lateral, com duas portas e nove gavetões bem trabalhados. Trata-se de um arcaz da segunda metade do século XVIII. Do mesmo período é ainda a magnífica talha dourada com as suas folhas de acanto que rodeiam e *divinizam* as seis telas aqui presentes sobre a vida de Santo António.

<sup>21</sup> Sobre este pintor, v., entre nós, DIAS, Pedro, *Pasquale Parente – Um Pintor Italiano em Coimbra no século XVIII, separata de Estudos Italianos em Portugal*, n.º 37, Lisboa, 1974.

deste espaço vai para o quase total revestimento das paredes da Igreja em azulejo com cenas representativas da vida de Santo António<sup>19</sup>. Trata-se de ilustrar a história do homem que se fez santo, através de uma ritmada e apelativa narratividade bem ao jeito do programa estético e ideológico da contra-reforma.



[Fig. 15] – Planta da Igreja de Santo António dos Olivais

A sacristia da Igreja data da primeira metade do século XVIII, sendo alguns dos aspectos decorativos já da segunda metade do mesmo século e de planimetria semelhante à Igreja, *i.e.* nave única e capela-mor. Trata-se de um requisito barroco, de um prolongamento das formas arquitectónicas que, de alguma forma, sublimem o corpo da Igreja e o representado. A sacristia da Igreja dos Olivais é repleta de motivos decorativos barrocos: curvas e contra curvas dialogam numa expressiva linguagem circular que apela às emoções e nos coloca num sistema arquitectónico pleno de ilusão: *visionalismo puro*. Aqui, tudo é dourado. Antagonia perfeita ao pensamento de um S. Bernardo; caleidoscópio de cores e formas visuais<sup>20</sup>, onde desenfreados acantos se agitam e agitam o espaço da sacristia, contrastando, de algum modo, com a relativa serenidade decorativa do corpo da Igreja, retrato da história de António e, outrossim, do barroco.

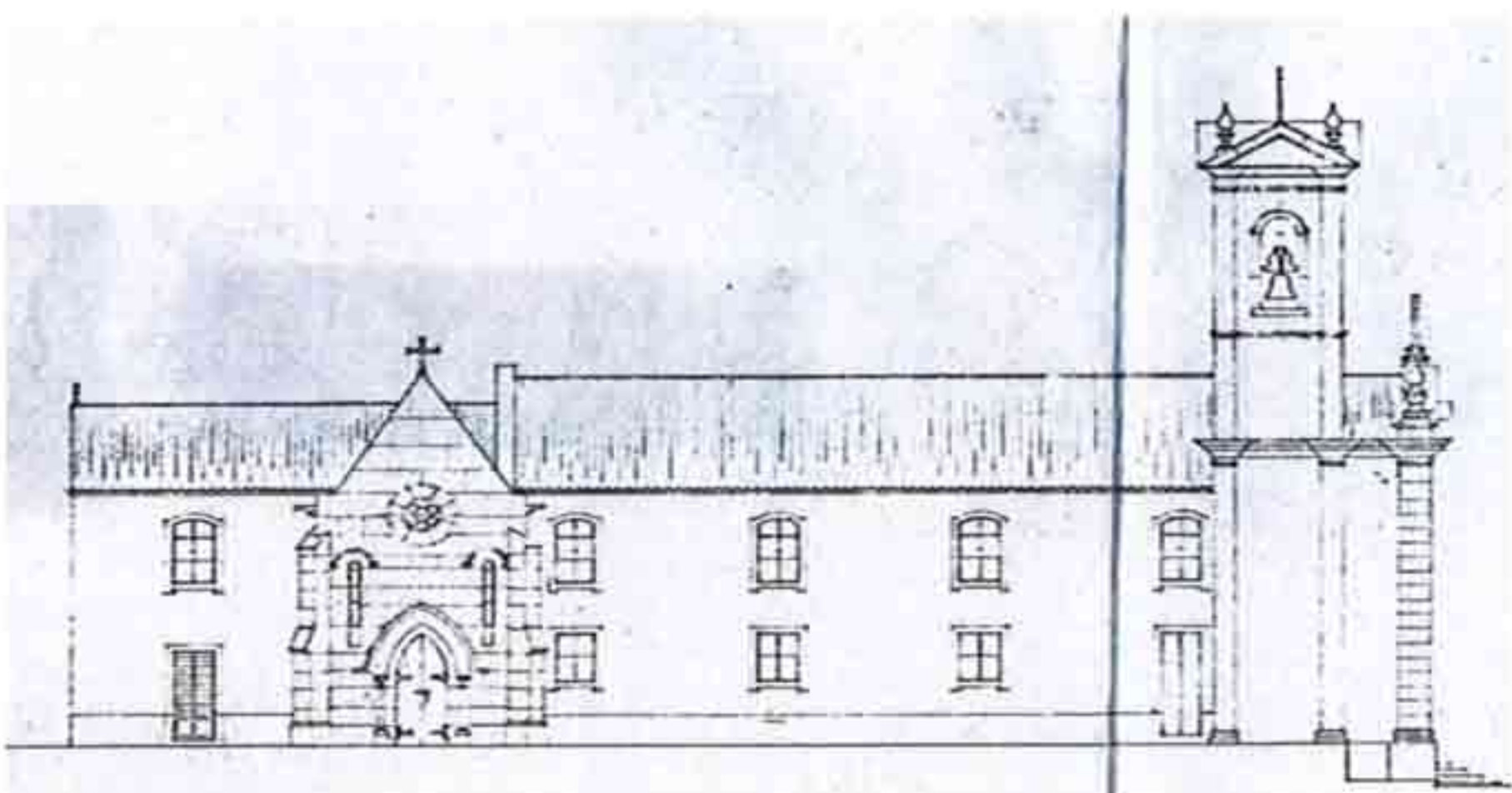
Ainda na capela-mor da sacristia existe um altar da segunda metade do século XVIII de talha dourada, no qual podemos observar dois anjos segurando os manejamentos já a fazer lembrar o rococó. Ao centro existe uma tela da autoria do pintor italiano Pasquale Parente de 1796<sup>21</sup>. Nela se representa Santo António recebendo o hábito franciscano. Na abóbada da capela-mor da sacristia estão pintados alguns



[Figs. 16 e 17]  
– Interior da sacristia

motivos barrocos que conferem a este espaço uma maior profundidade bem ao gosto do estilo em apreço.

O último registo arquitectónico, o de *anamnese*, que faz parte deste corpo vário que é o espaço religioso de Santo António dos Olivais, data de princípios do século XX e está ligado à fachada lateral norte da Igreja.



[Fig. 18] – Alçado norte da Igreja de Santo António dos Olivais

Interessante é constatar esta espécie de reminiscência medieval, que surge no preciso local onde oitocentos anos antes existira um capela de evocação a Santo António; ela resume uma história que é de vida mas também a da própria arquitectura do local. Ao tempo memorável de Santo António e à sua modesta cela o tempo ditou sobre o passado o presente que é, neste caso, simbolicamente o mesmo quer na evocação quer no estilo. No que concerne ao carácter geral deste edifício diríamos que ele não procura uma síntese com aquele a que está ligado:



[Fig. 19] – Capela de Santo António

trata-se mais de uma intenção religiosa do que outra. Existe uma nítida separação formal entre o espaço da Igreja barroca e esta capela neomedieval que oscila entre um românico tardio e um gótico inicial. Naturalmente que este espaço serve um fim religioso mas o seu carácter primordial será o de um manifesto que se eleva acima de qualquer função. Daí que o seu desprendimento com o espaço arquitectónico circundante (igreja e capelas adjacentes) não seja relevante para a sua assunção. Ele existe por si próprio. Trata-se, verdadeiramente, de um corpo original, já que remete quem o observa para o espaço-tempo do evocado – Santo António – desvinculando-se, por consequência, de uma contemporaneidade que podia falhar por descontextualização simbólica. O portal quebrado, de duas arquivoltas assentes em capitéis de *crochets* estilizados de dois planos, sobre colunas de fuste liso, assentes em dois pedestais, abre-se para um interior despojado, com tecto em madeira de compleição piramidal. Ainda na fachada exterior existem duas frestas de arco de volta perfeita encimadas, ao centro, por uma rosácea. No interior restam ainda partes constitutivas do primeiro corpo arquitectónico dos Olivais do século XII/XIII: azulejos sevillanos deste período são

Trata-se de uma pequena capela que veio substituir, destronar, uma outra mais antiga que marcava o local exacto da sala do capítulo. São desconhecidos os motivos da destruição da antiga capela, que havia sobrevivido ao incêndio de 1851. O projecto é de A. Augusto Gonçalves e reveste características neo-góticas.

trata-se mais de uma intenção religiosa do que outra. Existe uma nítida separação formal entre o espaço da Igreja barroca e esta capela neomedieval que oscila entre um românico tardio e um gótico inicial. Naturalmente que este espaço serve um fim religioso mas o seu carácter primordial será o de um manifesto que se eleva acima de qualquer função. Daí que o seu desprendimento com o espaço arquitectónico circundante (igreja e capelas adjacentes) não seja relevante para a sua assunção. Ele existe por si próprio. Trata-se, verdadeiramente, de um corpo original, já que remete quem o observa para o espaço-tempo do evocado – Santo António – desvinculando-se, por consequência, de

como que um dos últimos sopros dos remotos tempos de formação arquitectónica deste lugar. É um espaço que convida ao recolhimento; à elevação sem escadório; sem a racionalidade linear de um classicismo barroco, mas com o despojamento e equilíbrio a que o espírito franciscano obriga.

Pelo acima exposto, a arquitectura, no caso específico do espaço religioso dos Olivais, entra sempre em diálogo com o mundo, mantendo, dado que é orgânica, sempre a sua própria especificidade, isto é, o seu estilo ou a forma e formas que a convencionam no sentido de uma manifestação cultural num determinado tempo.

Pretendemos demonstrar que a arquitectura surge, assim, em circunstâncias distintas, conservando, todavia, sempre um certo tradicionalismo enraizado nos próprios símbolos que a impulsionam e a fazem criar. No espaço religioso aqui descrito, iniciámos o discurso por uma dicotomia entre o valor do símbolo religioso e aquilo que, mediante este, é criado. Neste momento, que foi o momento primitivo de construção do espaço em estudo, a relação do símbolo com a arquitectura era ainda insípida, ou seja, existia uma espécie de falta de argumentação artística que estivesse à altura do símbolo que se procurava retratar, para além do facto de que a própria técnica construtiva tornava redutora a própria construção. Foi o período que designámos por *primitiva simbolização de uma ideia religiosa*. Neste tempo não existe ainda um *racionalismo* arquitectónico<sup>22</sup> que cristalize o pensamento religioso. A arquitectura que abrigava os primeiros franciscanos que chegaram ao sítio dos Olivais, entre os quais Santo António, era pois primitiva; assegurara à altura apenas uma *protectividade* arquitectónica puramente simbólica. Significa isto que não havia ainda verdadeiramente uma osmose entre o conteúdo religioso e a forma arquitectónica que posteriormente o instituiu, existindo, portanto, uma desigualdade de argumentos entre a pedra e a ideia, sendo esta claramente mais enaltecida. Estávamos presentes perante uma espécie de arquitectura *biológica* que se confundia com os seus próprios criadores.

Num segundo momento, mas ainda ligado ao primeiro, passa a existir uma urgência em materializar aquilo que ainda não estava materializado; a criação de um módulo religioso que verdadeiramente torna o Santo em matéria passa a ser fundamental e aparece a capela, espécie de disposição pétreia ermita que dentro do seu invólucro procura encarnar uma ideia, neste caso a de um Santo e, indirectamente, a de uma Igreja. A primeira capela de Santo António, que de resto se apropriou de uma outra já existente (a capela de Santo Antão), é a primeira materialização do símbolo religioso num sentido arquitectónico: ela tem já autonomia, ela é representativa de uma ideia, ela faz parte de um sistema artístico com que se identifica, ela tem uma dimensão ética e ela cumpre uma função.

Da capela a *conventualidade* foram dois séculos, passando-se assim de um módulo a vários que consubstanciavam já a necessidade de *institucionalização da ideia*. O conceito de peregrinação deixa de ter sentido para se passar a uma fase em que a arquitectura materializa não só a ideia primitiva mas também a de uma organização religiosa, e em que o claustro, como cerne desta última, potencializa e faz processar todo um ideal religioso que flui e se movimenta em todo o complexo arquitectónico.

No século XVIII, com o alargamento do interior espaço da Igreja e subsequentes processos decorativos, acentuam-se os aspectos conventuais anteriores e, por outro lado, enraíza-se e privilegia-se um maior e mais fecundo contacto com o mundo exterior, que é o dos fiéis que a estes espaços iam ocorrendo. O barroco, como *sintaxe* privilegiada na veiculação destes pressupostos é o estilo adoptado no sentido de um discurso mais acutilante e persuasor das formas religiosas.

<sup>22</sup> Num sentido construtivo vincadamente racional em que a ordem impera e onde os meios técnicos são vistos como uma extensão do raciocínio, na senda de um Le Corbusier ou de um Viollet-Le-Duc.

Por último, no início do século XX, regista-se a construção de uma capela neomedieval, que representa, quanto a nós, a súpula de todo um processo religioso e arquitectónico anterior. Ela concretiza e simboliza, paradigmaticamente, toda a história deste espaço religioso.

Salientados os processos construtivos e a história das ideias e dos homens que estas protagonizaram no Sítio de Santo António dos Olivais, temos a necessidade última de enquadrar todo este processo num só, aquele que é inerente à própria condição criativa do humano, isto é, a adaptação dos processos construtivos às necessidades de expressão de uma ideia religiosa, consoante os momentos históricos vários que se vão sucedendo. A um momento de primitiva simbolização a modernidade de cada novo momento vai concretizando uma nova forma arquitectónica que não rivaliza com as antecedentes mas, pelo contrário, as complementa. À capela primitiva de Santo António, que verdadeiramente tornou ontológico este local, seguiram-se outras modalidades arquitectónicas que dotaram a primeira rica de significado. Mas interessante será também pensar que aquela primitiva construção não assume somente um carácter ontológico, mas também a de uma *pétrea sensibilidade* que nos faz lembrar acerca da premente e inerente faculdade humana de saber criar.

O dinamismo arquitectural pressupõe um devir crítico e atento ao próprio real, como pressupostos essenciais para uma evolução ao nível dos sistemas construtivos que tenham na sua base não só utilidades ontológicas mas também um saber e uma teoria científicos, que no conjunto possam determinar uma dialéctica entre a função e o símbolo.